

## POLÍTICA PÚBLICA CINEMATOGRAFICA PARA MULHERES NO BRASIL

Milena Cristina Prado de Almeida<sup>1</sup>  
Carla Daniela Rabelo Rodrigues<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa discorre sobre as ausências de políticas culturais voltadas para mulheres no cinema brasileiro, demonstrando a obrigação do Estado em reparar as mulheres, que foram historicamente excluídas do âmbito público, do acesso ao mercado de trabalho e da política. A elaboração desta pesquisa parte então da tentativa de contribuir ao debate dos estudos da política cultural especificamente no campo cinematográfico. Trazendo o debate de gênero para dentro dessa área. O artigo por meio de revisão bibliográfica do campo do cinema e da cultura, pretende problematizar as insuficientes ações proporcionadas pelo Ministério da Cultura junto com a Secretaria de Promoção de Políticas para as Mulheres para incentivar e fomentar a produção cinematográfica protagonizada por mulheres no Brasil. Demonstrar a importância de tensionar o Estado para que o setor cultural tenha estabilidade e continuidades em políticas essenciais para a construção de uma igualdade de oportunidades para as mulheres também na cultural e nas artes. Estamos constantemente nos deparando com instabilidades, descontinuidades e ausências na história das políticas culturais no Brasil, consequentemente o que diz respeito as políticas culturais específicas de gênero, para mulheres, a situação é igualmente preocupante. Por isso, faz-se necessário o debate, pois só assim romperemos esse silenciamento histórico e ocuparemos nossos espaços de direito.

**Palavras-chave:** Cinema e mulheres, Política cultural, Política cinematográfica para mulheres.

### INTRODUÇÃO

Nós mulheres conseguimos ser maioria dentro das universidades, porém não estamos em situação de igualdade dentro do mercado de trabalho, principalmente em cargos de destaque. O Estado tem obrigação de reparar as mulheres, que foram historicamente excluídas do âmbito público, do acesso ao mercado de trabalho e da política. A obrigatoriedade de reparação do Estado também surge a partir do momento que o mesmo foi um dos agentes dessas desigualdades. Ao promover uma lei<sup>3</sup> que diferenciava o aprendizado de meninas e meninos, o Estado foi responsável por fomentar a desigualdade de oportunidades das mulheres, em relação aos homens, de acessar o mercado de trabalho. Por isso, existe a necessidade de elaborar e executar

---

<sup>1</sup> Bacharela em Produção e Política Cultural pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). [micrismeida@gmail.com](mailto:micrismeida@gmail.com)

<sup>2</sup> Orientadora do Trabalho. Professora adjunta do curso de Produção e Política Cultural na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e tutora do PET – PPC.

<sup>3</sup> Na lei Orgânica do Ensino Secundário de 9 de abril de 1942. Parte III. Art. 25. Link: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> <acesso em 12/06/17>

políticas públicas compensatórias para as mulheres, a fim de combater a desigualdade de gênero. Dentro do campo cultural, e mais específico cinematográfico, a situação não é diferente, nem sua importância é secundária, por isso a necessidade de reivindicarmos a integração desta questão na agenda da política pública.

Existe uma grande dificuldade de discutir sobre as Políticas Culturais específicas para mulheres, pois a escassez de pesquisadores e referências é grande. Não há a possibilidade de discutir essas políticas culturais específicas para mulheres sem pensar como se deu a construção das políticas culturais gerais no Brasil, desde sua inauguração nos anos 1930. Entender as tristes tradições, apresentadas por Albino Rubim (2007), que ainda são reafirmadas na atualidade, é fundamental para compreender como a cultura era entendida de maneira elitizada e excludente. Manifestações de origem africanas, indígenas, populares, de rua e LGBT's, são alguns exemplos do que foi excluído por muito tempo da cultura, que privilegiava o patrimônio e as artes visuais. No Brasil, Albino Rubim, Lia Calabre e Alexandre Barbalho são alguns pesquisadores que se debruçam no estudo das Políticas Culturais nacionais.

As pesquisas em políticas cinematográficas também não são expressivas quando o tema são mulheres, embora haja pesquisadoras (Alessandra Meleiro, Lia Bahia, Hadija Chalupe, entre outras) estudando o macro campo político-econômico do cinema. A tentativa desse trabalho é esboçar uma reflexão, ainda muito incipiente pelas próprias limitações da pesquisa, sobre política cultural para mulheres, especificamente no campo cinematográfico.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS PARA AS MULHERES**

As políticas públicas para as mulheres foram sistematicamente planejadas e desenvolvidas a partir da criação da Secretaria de Promoção de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003, no governo Lula. A SPM e o movimento feminista<sup>4</sup> desenvolveram os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (FARIA, 2013). O primeiro PNPM foi estabelecido no ano de 2004, o segundo Plano no ano de 2008 e em 2013 foi lançado o Terceiro e último Plano Nacional de Políticas para Mulheres que tinha validade até 2015.

---

<sup>4</sup> Movimentos feministas são coletivos organizados de mulheres que reivindicam e lutam por direitos.

A Presidência da República convoca no final de 2003, por meio de decreto<sup>5</sup>, a 1ª Conferência de Políticas para as Mulheres<sup>6</sup>. A Conferência foi realizada em Brasília em Julho de 2004 e reuniu cerca de 2.500 pessoas. Foram debatidos temas como igualdade entre mulheres e homens, preconceitos, discriminação contra a mulher em casa, na escola e no salário. A construção do PNPM 2004 ocorreu com base nas demandas que surgiram na 1ª Conferência de Políticas para as Mulheres.

O Plano Nacional de Políticas para Mulheres de 2004<sup>7</sup> está estruturado em três partes. A primeira parte introduz e apresenta o Marco Legal da luta e dos direitos das mulheres e a mulher brasileira nos dias atuais. A parte dois está dividida em quatro áreas de atuação do PNPM: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e, enfrentamento à violência contra as mulheres. A terceira e última parte trata da gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Referente à cultura, o plano aborda a temática na segunda área de atuação, da segunda parte do plano, educação inclusiva e não sexista. O plano traz como uma das prioridades dentro da educação, valorizar as iniciativas culturais das mulheres<sup>8</sup>. Através da elaboração e realização de material educativo e informativo, vídeos, documentários e filmes, que abordem a presença das mulheres na cultura e história, que contribuam para a conquista de direitos. Nesse momento, a discussão sobre as mulheres na área cultural, ainda é bastante rasa. O segmento cultural não tem uma linha particular e está vinculada apenas a ações educativas. É deixada de lado a valorização da produção cultural feita por mulheres, o acesso aos conteúdos e aos meios de produção cultural. A mulher é vista apenas como consumidora de um produto e este precisa também falar da

---

<sup>5</sup> Decreto da convocação da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres no link: [http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres/regimento\\_1\\_conferencia\\_politicas\\_para\\_mulheres.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres/regimento_1_conferencia_politicas_para_mulheres.pdf) <acesso em 05/06/17>

<sup>6</sup> Para saber mais sobre a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres acesse os anais da conferência no link: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/anais.pdf> <acesso em 05/06/17> e o link do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA): [http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=997:1-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres&catid=120:numero-136-agosto-de-2004&Itemid=129](http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=997:1-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres&catid=120:numero-136-agosto-de-2004&Itemid=129) <acesso em 05/06/17>

<sup>7</sup> Para ter maiores informações do Plano Nacional de Políticas para Mulheres de 2004 acesse o link: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf> <acesso em 05/06/17>

<sup>8</sup> Para ver mais sobre as prioridades e ações em relação à valorização das iniciativas culturais das mulheres no PNPM de 2004, acessar o plano na página 59.

presença das mulheres na história e na cultura, mas o plano não formula ações para que as mulheres estejam presentes na produção cultural.

A 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres<sup>9</sup> aconteceu em Agosto de 2007 na capital do Brasil. O decreto<sup>10</sup> da presidência da república convocando a 2ª conferência saiu em Janeiro no mesmo ano. Após os debates da conferência, foi construído e lançado o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, no ano de 2008.

A construção do II PNPM foi planejada de maneira a manter o que de bom foi feito no PNPM de 2004 e de tentar suprir as ausências que ainda existiam em determinadas áreas de atuação. O PNPM de 2008<sup>11</sup> mantém a organização dividida em três partes. A primeira parte foca em contar e explicar como surgiu o II Plano. A segunda parte mantém a divisão em áreas de atuação, no plano de 2008 elas são seis: autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas. A última parte do PNPM mantém a abordagem da gestão e monitoramento e acrescenta previsão orçamentária.

Na área de atuação intitulada cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias, o II plano entende os meios de comunicação como um dos fatores mais relevantes do tema cultural. É mostrada a potencialidade da mídia

---

<sup>9</sup> Maiores informações sobre a 2ª CNPM podem ser encontradas no link: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/a-cnpm> <acesso em 05/06/17> e nos anais da conferência <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-2a-conferencia> <acesso em 05/06/17>

<sup>10</sup> Para conferir o decreto de convocação da 2ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres de 17 de Janeiro de 2007 acesse: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Dnn/Dnn11176.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Dnn/Dnn11176.htm) <acesso em 05/06/17>

<sup>11</sup> O II PNPM completo encontra-se no link: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/livro-ii-pnpm-completo09.09.2009.pdf> <acesso em 05/06/17>

na construção e difusão de valores e crenças. A preocupação apresentada no plano se dá nas representações da imagem das mulheres na mídia. O propósito do plano é utilizar do poder de alcance da comunicação e mídias para a “construção de uma sociedade mais solidária e igualitária, estabelecendo duas abordagens: a comunicação como cultura e a comunicação como sistema dispositivo de veiculação desses conteúdos” (PNPM, 2008, p. 159) não discriminatórios e estereotipados.

“Considerando também que as mulheres são protagonistas, participantes e proponentes, e não apenas meras espectadoras, o estímulo à produção, difusão e distribuição de artefatos de cultura, inclusive tecno-científicos, não-discriminatórios, e o domínio da linguagem televisiva, da internet, do discurso jornalístico, das diferentes técnicas de comunicação são requisitos estratégicos para que possam assumir seus papéis de produtoras de cultura” (PNPM, 2008, p. 159).

Alguns dos objetivos e prioridades<sup>12</sup> apresentados no II PNPM nesse segmento são: contribuir para a construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos; promover a visibilidade da contribuição cultural das mulheres na sociedade brasileira; promover o acesso das mulheres aos meios de produção cultural e de conteúdo; ampliar o debate sobre a representação da imagem das mulheres na mídia e os significados dessa representação; contribuir para a formulação de um marco regulatório do Sistema de Comunicação do país; valorizar as iniciativas e a produção cultural das mulheres e sobre as mulheres.

O Plano de 2008 estabelece metas para esse segmento, como: elaborar um diagnóstico sobre a representação da mulher na mídia, em todas as regiões do país; promover a articulação de cinco redes de monitoramento, uma para cada região do país, para denúncias de abordagens discriminatórias de gênero, raça/etnia e orientação sexual na mídia em geral; ampliar em 50% os Pontos de Cultura Mulher; Realizar três seleções públicas de projetos formulados por mulheres para produção de conteúdos audiovisuais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero e raça/etnia; instituir cinco Pontões de Cultura Mulher, um em cada região do país.

---

<sup>12</sup> Os objetivos, prioridades e metas do segmento cultura, comunicação e mídia igualitárias encontra-se a partir da página 161 no livro II PNPM disponível no link da nota de rodapé número 10.

O II PNPM ampliou as propostas de ações para as mulheres na produção cultural, porém, as iniciativas formuladas precisam ser colocadas em práticas. A maioria das metas estabelecidas não foram atingidas, a mídia continua (re)produzindo estereótipos e conteúdos discriminatórios de gênero, raça/etnia e orientação sexual. Para além de propor linhas de atuação, o Estado precisa elaborar métodos de efetuar com qualidade as ações, pois as propostas somente no papel não resolverão o problema da desigualdade de gênero e nem a demanda das mulheres no campo cultural.

A convocação para a 3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres<sup>13</sup> foi feita no dia 15 de março de 2011 pela presidenta Dilma Rousseff por meio de decreto<sup>14</sup>. A 3ª conferência ocorreu nos dias 12 a 14 de dezembro de 2011 em Brasília e contou com cerca de 3.000 mulheres. Foi avaliado o II PNPM e definido as prioridades. Foi debatida a autonomia econômica feminina, o fim da violência contra as mulheres e a maior participação das mulheres na política. Dois anos depois da 3ª CNPM é publicado o um novo PNPM.

O Plano Nacional de Políticas para Mulheres de 2013 - 2015<sup>15</sup>, como apresenta Eleonora Menicucci<sup>16</sup>, está inserido em um contexto político inédito no Brasil, o primeiro governo brasileiro presidido por uma mulher, Dilma Rousseff. O PNPM 2013 – 2015 aborda aspectos como: igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; educação para igualdade e cidadania; saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher; fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; cultura, esporte, comunicação e

---

<sup>13</sup> Mais informações da 3ª CNPM nos anais da conferência disponível no link <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-3a-conferencia> <acesso em 06/06/17> e no site da SPM <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/3a-conferencia-de-politicas-para-as-mulheres> <acesso em 06/06/17>

<sup>14</sup> O decreto completo encontra-se disponível no link: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/3a-conferencia-de-politicas-para-as-mulheres/decreto-de-convocacao.pdf/view> <acesso em 06/06/17>

<sup>15</sup> Para ter acesso ao PNPM 2013-2015 acesso a link <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf> <06/06/17>

<sup>16</sup> Eleonora Menicucci é a então Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres e a autora da apresentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, escrito no ano de 2013.



mídia; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; e, igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.

No que diz respeito à cultura, entendendo-a enquanto um direito de todas e de todos, o PNPM 2013 – 2015 diz que esse direito deve ser garantido por políticas que ampliem o acesso aos meios de produção, difusão e da própria produção cultural. Tendo como objetivos gerais a construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos; promover a visibilidade da contribuição das mulheres na cultura, garantindo o acesso feminino aos conteúdos e meios de produção cultural; promover, valorizar e estimular a participação e produção cultural das mulheres brasileiras.

O PNPM 2013-2015 firma como meta nesse segmento: incluir a produção das mulheres e sobre a história das mulheres nos acervos das bibliotecas públicas, universitárias e comunitárias e pontos de leitura; apoiar iniciativas da sociedade civil na construção de redes de monitoramento de conteúdos com enfoque nas relações de gênero, raça, etnia e orientação sexual; contribuir para que a publicidade de órgãos do governo não reproduzam estereótipos de gênero, raça, etnia e orientação sexual.

As políticas para as mulheres precisam transcender a SPM e sair do Plano Nacional de Políticas para as mulheres. O debate da desigualdade de gênero atravessa toda a agenda política nacional. Ações eficientes precisam ser colocadas em práticas, iniciativas que geraram frutos precisam ser continuadas. A Secretaria de Promoção de Políticas para as Mulheres conta com o apoio e parceira de órgãos como o Ministério da Cultura para colocar em prática as ações do segmento cultural, por isso é essencial a estabilidade na cultura e no ministério. O MinC e a SPM deveriam caminhar juntos, sem o fantasmas das tristes tradições<sup>17</sup>, se um não está estruturado o outro tende a sofrer também.

A Parceria MinC e SPM se estendem para ações de fomento específicas para as mulheres em algumas áreas, porém, irei abordar, somente no campo cinematográfico.

---

<sup>17</sup> RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafio. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

## **POLÍTICAS CINEMATOGRAFICAS PARA MULHERES**

As políticas públicas do audiovisual no Brasil começam a ter uma atenção especial a partir de 1992, com a criação da Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual (SDAv) – atualmente Secretaria do Audiovisual (SAv).

“A SAv/MinC tem como competências a formação, produção inclusiva, regionalização, difusão não-comercial, democratização do acesso e preservação dos conteúdos audiovisuais brasileiros, respeitadas as diretrizes da política nacional do cinema e do audiovisual e do Plano Nacional de Cultura” (BRASIL, Secretária do Audiovisual)<sup>18</sup>

Em 2001 é criada a Agência Nacional do Cinema (Ancine), autarquia especial vinculada ao MinC desde 2003. “Uma agência reguladora que tem como atribuições o fomento, a regulação e a fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil” (BRASIL, Agência Nacional do Cinema)<sup>19</sup>. No ano de 2011, “a Ancine amplia seu escopo de atuação, abrangendo competências referentes ao serviço de acesso condicionado (tevé paga)” (TÁVORA, 2016, p. 1246-1247). Faz parte da obrigação das concessionárias, permissionárias e autorizadas dos serviços de telecomunicações, do pagamento da Contribuição Para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) e a arrecadação destinada ao Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) (TÁVORA, 2016, p. 1247).

Ainda em 2001, ocorreu a criação do Conselho Superior do Cinema (CSC), atualmente integra a estrutura do Ministério da Cultura. Suas atribuições são “a formulação da política nacional do cinema, a aprovação de diretrizes gerais para o desenvolvimento da indústria audiovisual, e o estímulo à presença do conteúdo brasileiro nos diversos segmentos de mercado” (BRASIL, Agência Nacional do Cinema)<sup>20</sup>.

Para fomentar a produção cultural, muitas vezes é empregado o recurso de chamadas públicas, como editais e prêmios, que podem ser de ampla concorrência ou afirmativos. A política de editais e a modalidade prêmio, são instrumentos utilizados na política de financiamento à cultura, usados para repasse de recurso do Fundo Nacional

---

<sup>18</sup> <http://www.cultura.gov.br/secretaria-do-audiovisual-sav> <acesso em 24/06/17>

<sup>19</sup> <http://www.ancine.gov.br/pt-br/ancine/apresentacao> <acesso em 24/06/17>

<sup>20</sup> <https://ancine.gov.br/conselho-superior-do-cinema> <acesso em 24/06/17>



de Cultura (FNC) a pessoas físicas e grupos artísticos e culturais. Ferramentas que começaram, a partir da gestão de Juca Ferreira, a serem utilizados de maneira mais sistemática, com o propósito de minimizar a concentração regional. A justificativa da escolha do edital como instrumento das políticas de financiamento cultural, se dá pela transparência e acesso aos recursos públicos (CARMO, 2016).

“O Ministério da Cultura lançou, em 2009, a Portaria nº 29, que dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e para concessão de prêmios a iniciativas culturais no âmbito do Ministério da Cultura” (TÁVORA, 2016, p. 1248).

Os editais na cultura tem sua importância para melhorar o acesso e a transparência de verbas públicas como já dito, porém muitas vezes carregada de exigências de conhecimentos em elaboração de projetos. Essas burocracias dificultam a participação ampla da sociedade devido ao não conhecimento da linguagem técnica, justificado pela ausência de uma política de formação e qualificação (CARMO, 2016, p. 39).

Para além dos editais de ampla concorrência, devemos destacar a importância dos editais afirmativos que “são políticas públicas específicas para estimular determinados segmentos da população” (TÁVORA, 2016, p. 1245).

A SAV lançou, entre 1997 e 2011 55 editais de ampla concorrência, sem nenhuma segmentação. Somente em 2012, a Secretaria lançou um edital afirmativo destinado à juventude negra – Edital de Apoio para Curta-Metragem (TÁVORA, 2016). No ano seguinte é lançado um edital levando em consideração a segmentação de gênero, o Edital Carmen Santos.

### **O EDITAL CARMEN SANTOS**

Na área do cinema, pela primeira vez, se tem um edital específico para diretoras. O objetivo do Edital Carmen Santos é dar visibilidade para a produção de mulheres, principalmente em cargos de liderança, como direção. Para além da direção, a fim de promover maior participação feminina em outras funções, era acrescido 0,5 ponto por cada integrante da equipe do sexo feminino no desempenho das funções de produção, roteiro, direção de fotografia, direção de arte, direção de som, e montagem.

Com o propósito de equilíbrio na distribuição regional dos recursos, projetos com proponentes dos, e previsão de realização nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, era acrescido 1,0 ponto.

O Edital Carmen Santos de Cinema de Mulheres 2013, apoiou 10 curtas-metragens de até 5 minutos e 6 médias-metragens de 26 minutos.

“O impacto quantitativo da produção de 16 obras de curta e média-metragem ainda é pequeno mas a mudança é simbólica e estruturante, já que teve o intuito de dar protagonismo a mulheres cineastas e reforçar uma qualificação técnica de equipes de mulheres no setor audiovisual” (TÁVORA, 2016, p. 1260).

O Edital é uma parceria entre o MinC, através da Secretaria do Audiovisual, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. O edital investiu cerca de R\$ 990.000,00 e contou com um total de 417 propostas inscritas, demonstrando que existe uma grande demanda para pouco incentivo. A comissão de seleção foi composta toda por mulheres, e a temática exigia abordar a construção da igualdade entre mulheres e homens, os direitos e cidadania da mulher, levando em consideração a diversidade das mulheres.

“A temática foi questionada por cineastas que consideraram que essa não deveria ser tratada no edital. Como política pública conjunta da SAV/MinC e da SPM, nesta primeira ação direta para o cinema de mulheres, porém, foi importante manter o duplo fortalecimento, inclusive como análise de demanda de cineastas e de temas a serem tratados” (TÁVORA, 2016, p. 1250).

Mesmo com o acréscimo de um ponto para projetos de determinados estados, não foi suficiente para a descentralização dos recursos para estados específicos. Dos 16 projetos contemplados, 9 são do estado de São Paulo, 3 do Rio de Janeiro, 2 de Minas Gerais e 1 do Amazonas e do Rio Grande do Sul. Excetuando o Amazonas, nenhum outro estado com acréscimo de um ponto foi contemplado e todos tiveram projetos inscritos. Távora, a partir de dados da Ancine de 2016, apresenta a desigualdade regional da produção audiovisual no Brasil:

“A desigualdade do acesso à produção audiovisual é enorme no país. As empresas produtoras localizadas no Rio de Janeiro foram responsáveis por 62 longas lançados comercialmente em 2015, o que corresponde a 48,4% da produção. Em seguida, estão as empresas de São Paulo, com 40 obras ou 31,3% dos lançamentos. As produções desses dois estados totalizam 102 títulos ou 79,7%, das obras lançadas” (OCA/ANCINE, apud. TÁVORA, 2016, p. 1252).

No ano de 2016, aconteceu a Mostra Carmen Santos, que exibiu, com entrada franca, 9 curtas- metragens e 6 médias-metragens premiados no edital Carmen Santos de 2013. Além da mostra cinematográfica, esse edital também desencadeou alguns debates sobre a situação das mulheres no cinema, em Brasília e no Rio de Janeiro.

Segundo Candido et al. (2014) foi realizada nos Estados Unidos uma pesquisa sobre o gênero do filme com relação ao diretor ou diretora. A pesquisa demonstra que as mulheres têm mais chances de dirigir documentários, dramas e animações do que outros gêneros fílmicos (CANDIDO et al., 2014). “Isso é atribuído tanto à quantidade de recursos mobilizados pelos diferentes gêneros cinematográficos como também por uma distribuição de atribuições enviesada por preconceitos sexista” (KLOS, apud. CANDIDO et al., 2014, p. 16).

O resultado dos produtos do Edital Carmen Santos foi importante nesse requisito. Mesmo com a definição de abordar uma temática específica, o gênero cinematográfico para debater o conteúdo exigido foi um tanto diversificado. Essa diversidade de gêneros fílmicos vem de encontro com essas distribuições de atribuições sexistas, com o propósito de romper esses estereótipos que acabam por definir o que a mulher pode ou não dirigir de maneira mais satisfatória.

“Podemos identificar dramas, comédias, ficções, documentários, animações – trazendo à tona, inclusive, o questionamento sobre o que seria um “cinema de mulheres”. Algo que, apostamos, deve fugir de estereótipos de definições estabelecidas” (TÁVORA, 2016, p. 1259).

O Edital Carmen Santos foi extremamente importante para fomentar a produção cinematográfica feminina. Porém, apenas essa iniciativa pontual não resolve a demanda existente no campo e muito menos a problemática da desigualdade de gênero dentro do cinema e audiovisual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão política sobre mulheres e cultura; mulheres e cinema; e mulheres na produção cultural, está sendo feita, sistematicamente, pelo menos desde 2008 com a criação de um eixo de atuação específico em cultura no Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Contudo, somente em 2014 ocorreu a ação mais efetiva do Estado na área cinematográfica, o Edital Carmen Santos. O Edital foi extremamente importante para fomentar a produção cinematográfica feminina; combater as distribuições sexistas e estereotipadas do gênero fílmico que a mulher pode ou não dirigir de maneira eficiente; e desencadear debates sobre a presença das mulheres no cinema.

Porém, há um vazio de ações direcionadas as mulheres na produção cultural, e elas estão fazendo de maneira autônoma, mas sozinhas não conseguirão superar as limitações históricas do campo. O tema está em voga, tomando espaço no debate público, na televisão, nas universidades, e não está restrito ao campo do privado. A agenda política não está andando junto com a demanda da sociedade. As ações promovidas pelo Estado não chegam perto de suprir as necessidades das mulheres no cinema e audiovisual. Porém tendo em vista que o poder público já reconheceu a disparidade, nos próprios PNPM, é necessário que essa intervenção aconteça, que o poder estatal caminhe paralelamente com a demanda das mulheres.

A descontinuidade e falta de políticas pensadas e executadas, a médio e longo prazo, de fomento e manutenção da cultura é uma das grandes questões para superar as grandes dificuldades da produção cultural do Brasil. No que tange às políticas culturais para as mulheres a situação se agrava ainda mais. É de profunda urgência a elaboração e execução de políticas públicas culturais para mulheres. O debate da desigualdade de gênero atravessa toda a agenda política nacional. A discussão das mulheres no campo cultural é histórica, a desigualdade de gênero é “mais histórica ainda”. Não podemos nos contentar com ações insipientes e isoladas que não dão conta de compensar a exclusão e falta de oportunidades. Para além dos editais direcionados para mulheres, outra política que poderia ser implementada seria nas comissões avaliadoras dos editais de ampla concorrência, que poderiam ter maior diversidade nos avaliadores, contando com homens, mulheres, negros e negras, LGBT’S, indígenas.

Mas é difícil ter a certeza – ou esperança – de ações efetivas e que políticas como o Edital Carmen Santos vão ter continuidades devido às instabilidades que o

campo cultural passou e está passando. São de profunda urgência a elaboração e execução de políticas públicas culturais estáveis e contínuas para mulheres. Não podemos nos contentar com incipientes ações isoladas que não dão conta de compensar a exclusão e falta de oportunidades históricas.

Os enfrentamentos estão sendo feitos, inclusive no cinema. A desigualdade de gênero está sendo debatida pelas mulheres que sofrem diariamente com esse cenário. Nós mulheres que historicamente resistimos e lutamos pela conquista de tantos direitos, vamos continuar lutando e resistindo no campo cinematográfico também.

### Referências

BRASIL, Agência Nacional do Cinema. Disponível em: <<http://www.ancine.gov.br/pt-br/ancine/apresentacao>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

BRASIL, Conselho Superior do Cinema. Disponível em: <<https://ancine.gov.br/conselho-superior-do-cinema>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

BRASIL, Secretária do Audiovisual. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/secretaria-do-audiovisual-sav>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

CANDIDO, Marcia Rangel; MORATELLI, Gabriela; DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João. **“A Cara Do Cinema Nacional”: gênero e cor dos atores, diretores e roteiristas dos filmes brasileiros (2002-2012)**. Textos para discussão GEMAA (IESP-UERJ), n. 6, 2014.

CARMO, Cleide Mara Vilela. **Instrumentos e políticas públicas de cultura: o caso dos editais do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal no período de 2011 a 2014**. Dissertação (mestrado em desenvolvimento, sociedade e cooperação internacional) – Universidade de Brasília: 2016.

FARIA, Marina Sartório. **A participação feminina na direção do cinema documentário brasileiro**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Edital Carmen Santos de cinema de mulheres**. 2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafio. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2008

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2004

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2013 – 2015.

TÁVORA, Lina Rocha Fernandes. **Edital Carmen Santos: Política Pública e o Cinema de Mulheres**. Anais VII Seminário Internacional Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro: 2016.